

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj **FREDERICO INÁCIO BARROS SILVA**

**A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO
BRASILEIRO NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA
PARA A REGIÃO AMAZÔNICA**



Rio de Janeiro
2020

Maj **FREDERICO INÁCIO BARROS SILVA**

**A influência do pensamento geopolítico brasileiro na
Estratégia Nacional de Defesa para a região amazônica.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
Escola de Comando e Estado-Maior do
Exército, como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista em Ciências
Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Cel Art Adilson

Rio de Janeiro
2020

Maj **FREDERICO INÁCIO BARROS SILVA**

A influência do pensamento geopolítico brasileiro na Estratégia Nacional de Defesa para a região amazônica.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em _____ de _____ de 2020.

COMISSÃO AVALIADORA

Cláudio **Adilson** Brito de Carvalho - Cel Art - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Alan Sander de Oliveira **Jones** – Ten Cel Art - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Antônio Marcos Santos **Moraes** – Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa e meus pais, fontes
de inspiração e exemplo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Senhor dos Exércitos, pelo dom da vida, pela serenidade nos momentos difíceis e pela saúde que tem me permitido seguir batalhando e aprendendo a cada dia que passa.

Ao meu orientador, Cel Adilson, pela orientação precisa e, principalmente, pela confiança e camaradagem que dispensou a mim em todos os momentos em que nos reunimos para melhorar este trabalho monográfico.

À minha esposa Manuella, pelo companheirismo, pelo carinho, compreensão e incentivo de sempre.

Aos meus pais, pelo sacrifício e pela dedicação, para educar e trilhar meu caminho até aqui.

RESUMO

Com a promulgação da Estratégia Nacional de Defesa (END) em 2012, subordinado e alinhado com a Política Nacional de Defesa (PND), documentos estes de maior nível em termos de Defesa no país foram legislados e oficializados as obrigações do Exército Brasileiro com a Pátria. Dessa forma, esse estudo buscou colimar as Diretrizes da END de responsabilidade do Exército Brasileiro na região da Amazônia, área prioritária da Defesa Nacional, com os pensamentos dos principais pensadores geopolíticos nacionais. O trabalho buscou por meio de diversos livros e documentos bibliográficos, publicados pelos Generais Golbery Couto e Silva e Carlos Meira Mattos além da professora Therezinha de Castro, extrair as principais orientações internas e externas de suas teses, focando nas sugestões na região amazônica e alinhou com as Diretrizes da END vinculadas ao Exército Brasileiro, concluindo que os nossos principais pensadores estavam à frente do seu tempo e projetaram ideais atemporais para a grandeza da Nação.

Palavras-chave: Estratégia Nacional de Defesa; Exército Brasileiro; Amazônia Legal; Pensadores geopolíticos brasileiros.

ABSTRACT

With the enactment of the National Defense Strategy (END) in 2012, subordinate to and aligned with the National Defense Policy (PND), documents of a higher level in terms of defense in the country were legislated and officialized the obligations of the Brazilian Army with the Homeland . Thus, this study sought to collimate the END Guidelines under the responsibility of the Brazilian Army in the Amazon region, a priority area for National Defense, with the thoughts of the main national geopolitical thinkers. The work sought through several books and bibliographic documents, published by Generals Golbery Couto e Silva and Carlos Meira Mattos, in addition to Professor Therezinha de Castro, to extract the main internal and external orientations from their theses, focusing on suggestions in the Amazon region and aligned with the END Guidelines are linked to the Brazilian Army, concluding that our main thinkers were ahead of their time and projected timeless ideals for the greatness of the Nation.

Keywords: National Defense Strategy; Brazilian army; Legal Amazon; Brazilian geopolitical thinkers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Amazônia Legal.....	09
Figura 2: Amazônia Internacional.....	12
Figura 3: Reservas indígenas.....	13
Figura 4: Rede de transportes	15
Figura 5: Hidroelétricas.....	16
Figura 6: Reservas minerais.....	17
Figura 7: Unidades de Conservação.....	17
Figura 8: General Golbery Couto e Silva.....	21
Figura 9: Livro Geopolítica do Brasil.....	23
Figura 10: General Meira Mattos.....	28
Figura 11 Livro Uma Geopolítica Pan-Amazônica	30
Figura 12: Professora Therezinha de Castro.....	32
Figura 13: Livro Brasil da Amazônia ao Prata.....	33
Figura 14: Estratégia Nacional de Defesa.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área territorial dos estados da Amazônia.....	10
Tabela 2: IDH.....	14
Tabela 3: Saneamento Básico.....	14

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	AMAZÔNIA LEGAL	7
2.1	LEGISLAÇÃO	10
2.2	FRONTEIRA AMAZÔNICA.....	12
2.3	POPULAÇÃO.....	12
2.4	TRANSPORTE.....	15
2.5	ENERGIA.....	16
2.6	DIVERSIDADE BIOLÓGICA.....	17
3	PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO	18
3.1	ORIGEM.....	18
3.2	CONCEITOS.....	18
3.3	HISTÓRIA DA GEOPOLÍTICA NACIONAL	20
3.4	GENERAL GOLBERY COUTO E SILVA.....	21
3.5	GENERAL MEIRA MATTOS.....	28
3.6	PROFESSORA THEREZINHA DE CASTRO.....	32
4	ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA.....	38
5	CONCLUSÃO.....	45
	REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é o maior país da América do Sul e da América Latina, sendo o quinto maior do mundo em área territorial e com uma população de aproximadamente 210 milhões de habitantes. Tem como limite leste o oceano Atlântico, com um litoral de cerca de 7 500 km. O país faz fronteira com todos os outros países sul-americanos, exceto Chile e Equador, sendo limitado a norte pela Venezuela, Guiana, Suriname e pelo departamento ultramarino francês da Guiana Francesa; a noroeste pela Colômbia; a oeste pela Bolívia e Peru; a sudoeste pela Argentina e Paraguai e ao sul pelo Uruguai.

A Região Amazônica abrange três divisões regionais do país (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), sendo o maior bioma terrestre da nação, incluindo diversas riquezas minerais, hidrográficas e culturais. A atual área da Amazônia Legal corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão, perfazendo uma superfície de aproximadamente 5,2 milhões quilômetros quadrados correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. Sua população, entretanto, corresponde a 12,32% do total de habitantes do Brasil.

Tudo isso deixa evidenciado que a Amazônia é há muito tempo, área estratégica de alto interesse para os brasileiros. Impõe-se a urgente necessidade de integrá-la ao ambiente nacional e articulá-la com os nossos vizinhos, também depositários desse patrimônio. Este é o motivo principal da prioridade nacional hoje emprestada à nossa Amazônia. Para ela orienta-se o destino manifesto do Brasil.

O Exército Brasileiro (EB), presente na Amazônia desde o início do século XVII, vem ampliando seu dispositivo pela instalação de diversas Unidades de fronteira. Tais Organizações Militares representam polos de desenvolvimento, em torno dos quais, como ocorreu no passado, crescem núcleos habitacionais, garantidores da presença brasileira e de nossa soberania, parte intrínseca da sua missão constitucional.

A Geopolítica pretende proporcionar um contato teórico inicial com este compartimento da Ciência Política, que estuda as ações dos Estados na aplicação do poder nacional em todas as suas expressões. Tem como objetivos analisar a influência do espaço geográfico na política dos governantes quando da aplicação do poder do Estado com a finalidade de alcançar e manter os objetivos nacionais previstos; realçar a importância das características dos espaços geográficos na aplicação do poder; e estudar a geopolítica dos demais Estados para uma melhor inserção no contexto das nações. É de suma importância o conhecimento dos fundamentos teóricos desta disciplina para se entender e melhor aplicar as expressões do poder nacional nas decisões políticas e militares de alto nível, a fim de se estar consoante com os interesses da nação em seu espaço geográfico.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua “grande estratégia” e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, derivados da influência dessa “grande estratégia” na orientação e nas práticas operacionais das três Forças.

Este trabalho irá apresentar um panorama sobre a importância dos pensadores geopolíticos brasileiros, por meio dos seus estudos, com as diretrizes da END de responsabilidade do Exército Brasileiro na Amazônia.

Pretende-se, com este trabalho, demonstrar a importância do planejamento e da formulação das diretrizes estratégicas vinculadas e colimadas com estudos geopolíticos, visando dessa forma a manutenção de investimentos e de esforços a longo prazo, buscando a permanência dessas ações como políticas de Estado, fortalecendo a soberania, a preservação territorial e o desenvolvimento em todo o território nacional.

2 AMAZÔNIA LEGAL



FIGURA 1- Amazônia Legal
Fonte: Site IMAZON

A Amazônia Legal é um conceito político, definido em lei, que retrata uma região que engloba diversos estados do Brasil, com imensa bacia hidrográfica e enorme variedade de vegetação tropical e subtropical. Dito isso, o Estado Brasileiro reuniu nesse conceito áreas com idênticos problemas econômicos, políticos e sociais, com o objetivo de ampliar e planejar o desenvolvimento social e econômico da região amazônica.

A Amazônia Legal é formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão, totalizando uma superfície de aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados, o que abrange cerca de 59 % do território nacional.

Unidade da Federação	Área Territorial(Km2)
Rondônia	237.576,17
Acre	152.581,39
Amazonas	1.570.745,68
Roraima	224.298,98
Pará	1.247.689,52
Amapá	142.814,59
Tocantins	277.620,91
Maranhão	331.983,29
Mato Grosso	903.357,91
TOTAL	5.088.668,44

TABELA 1 – Área Territorial da Amazônia Legal
Fonte: Autor

A Amazônia Legal está dividida em Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental. A primeira se constitui dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Já a Amazônia Oriental é constituída pelo Tocantins, Pará e Amapá e as áreas amazônicas do Mato Grosso e do Maranhão.

2.1 LEGISLAÇÃO

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi criada em 1953, pela lei nº 1806 de 06 de janeiro, por meio do governo de Getúlio Vargas, a fim de promover na região o desenvolvimento da agropecuária e a integração regional.

Art.2º “A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo 13º e do Maranhão a oeste do meridiano de 44º”.

A SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, por meio da lei nº 5173 de 27 de outubro, no governo Castelo Branco, buscando maior dinamismo econômico da região. A SUDAM implantou diversos incentivos fiscais para atrair investimentos privados.

Art. 2º A Amazônia para efeitos desta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, do Estado de Goiás a norte do paralelo 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

Já a Zona Franca de Manaus foi estabelecida em 1967, criando dessa forma uma área de livre comércio com isenção fiscal, dando sequência ao processo de desenvolvimento regional.

A lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, criou o estado do Mato Grosso do Sul e, em decorrência, o limite estabelecido pelo paralelo 16º é extinto. Assim sendo todo o estado do Mato Grosso passa a fazer parte da Amazônia legal.

Art. 45 A Amazônia, a que se refere o artigo 2º da lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, compreenderá também toda a área do Estado de Mato Grosso.

A Constituição Federal de 1988 criou o estado do Tocantins. Com isso, o paralelo que dividia o antigo estado de Goiás, que limitava a área da Amazônia legal, foi substituído pelos limites políticos entre Goiás e Tocantins.

A SUDAM foi substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), por meio de medida provisória nº 2.146-1, de 4 de maio de 2001. A SUDAM foi reativada em 2007, por meio da Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, substituindo a ADA.

Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação; dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA; altera a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

2.2 FRONTEIRA AMAZÔNICA



FIGURA 2- Amazônia Internacional
Fonte : Site BBC

*"São cerca de **11,5 mil quilômetros** de uma porosa fronteira amazônica"* (Fonte: ABIN).

A Amazônia Legal faz fronteira com os seguintes países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, perfazendo cerca de 11,5 mil quilômetros de fronteira. Dito isso, verifica-se a necessidade de legislações internacionais e acordos entre os países para a efetiva proteção e controle dessa imensa de região.

2.3 POPULAÇÃO

Na Amazônia Legal, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população é de 23,55 milhões de habitantes, correspondendo a 12,83% do total nacional, distribuídas em 775 municípios, com crescimento médio de 1,64% ao ano desde 2000. Essa média é 40% acima do crescimento médio nacional. Entre 1950 e 2007, a população da Amazônia Legal cresceu 516%, ritmo muito acima da média nacional, que foi de 254%.

A Amazônia Legal abriga cerca de 55% da população indígena brasileira, representando cerca de 80 etnias o que equivale aproximadamente 250 mil indígenas, conforme dados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena

(SIASI). Além disso, o projeto Nova Cartografia Social Brasileira mapeou mais de 1000 comunidades quilombolas na Amazônia Legal, dessas 750 estão no Maranhão, 400 no Pará, quase 100 no Tocantins e dezenas no Amapá e no Amazonas, além de Rondônia.



FIGURA 3- Reservas indígenas
Fonte: Site DefesaNet

Indicadores Sociais

Os indicadores sociais na Amazônia Brasileira, em geral, apresentam resultados abaixo da média nacional. Ao avaliar o mercado de trabalho, segundo o IBGE, enquanto a média nacional de trabalhadores com carteira de trabalho assinada em 2006 era de 31,73%, a média na Amazônia Legal foi de 18,35%, sendo que todos os estados da dessa Região apresentavam índices inferiores à média brasileira, ampliando o emprego informal.

Índice de desenvolvimento Humano (IDH) da Amazônia Legal:

IDH Estaduais da Amazônia Legal	
UF	IDH
Rondônia	0,735
Acre	0,697
Amazonas	0,713
Roraima	0,746
Pará	0,723
Amapá	0,753
Tocantins	0,710
Maranhão	0,636
Mato Grosso	0,773

TABELA 2- IDH

Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Saneamento básico da Amazônia Legal:

Domicílios Particulares Permanentemente Atendidos (%) - 2000			
	Rede Geral de Abastecimento de água	Rede Coletora de Esgoto ou fossa séptica	Coleta de Lixo
Brasil	83,2	70,6	86,6
Rondônia	38,6	46,6	69,8
Acre	47,6	44,7	71,5
Amazonas	68,5	61,2	75,8
Pará	48,2	57,0	77,8
Roraima	82,8	72,8	79,7
Amapá	69,4	27,2	91,1
Tocantins	78,4	21,6	70,4
Maranhão	60,1	53,0	60,7
Mato Grosso	65,5	34,2	75,6

TABELA 3- Saneamento Básico

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000

2.4 TRANSPORTE

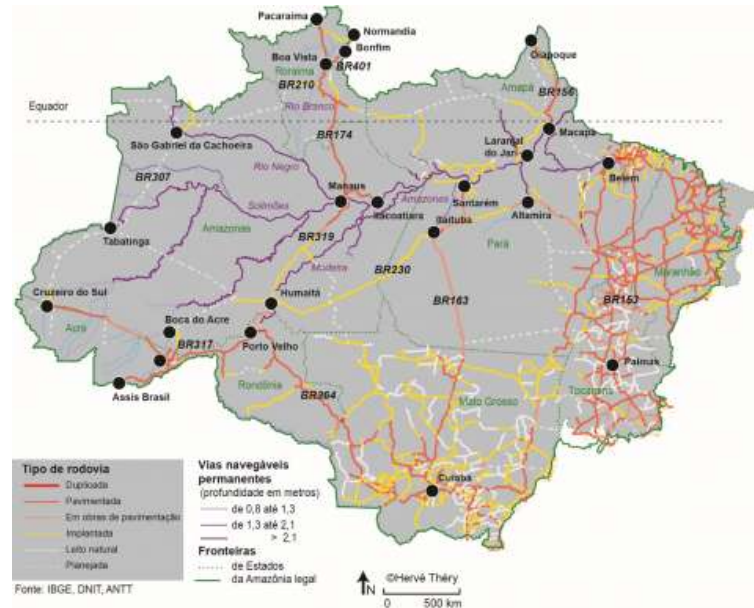


FIGURA 4 – Rede de transportes
Fonte: Site journals.openedition

O sistema de transportes na Amazônia Legal brasileira, apesar da expansão ocorrida no regime militar, ainda se apresenta abaixo das demandas locais, com baixo grau de eficiência e operação em condições bastante precárias.

A rede fluvial, com cerca de 20.000 km de rios, é a mais extensa do Brasil e do mundo, com boas condições de calado, todavia opera com equipamentos antiquados. Já a malha rodoviária é bastante reduzida e, em grande parte, sem pavimentação ou muito precária, concentrando-se na ligação das principais cidades. O total das rodovias, incluindo os três entes da federação, totalizam cerca de 251.760 km, sendo 27.774 km pavimentados; 4.792 km em pavimentação; 61.230 implantados e em implantação e 157.964 km em leito natural.

2.5 ENERGIA



FIGURA 5 – Hidroelétricas
Fonte: Site ecodebate

Analisando a Amazônia Legal é verificada a enorme possibilidade de exploração do potencial hidrelétrico. O potencial hidráulico, segundo a Eletrobras, nacional é de 260 milhões MW, e a Amazônia Legal contribui com 120 milhões MW, perfazendo 50% deste potencial. Apesar dessa imensa possibilidade, a capacidade instalada é de 12,23 milhões MW, cerca de 10% deste potencial, enquanto a capacidade instalada nas demais regiões do país supera os 50% (capacidade instalada de 76,5 milhões MW para um potencial de 140 milhões MW). A produção de energia elétrica na Amazônia somou, em 2015, 51,60 milhões GWh, com destaque para o Pará (31,39 milhões GWh), seguido dos Estados do Amazonas, Mato Grosso e Tocantins, todos com produção entre 4,6 e 5,5 milhões GWh, destaca-se que as principais fontes de energia elétrica são: a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a de Belo Monte, ambas no estado do Pará.

As reservas comprovadas de petróleo na Amazônia Legal, em 2015, segundo ANP, eram 91,4 milhões de barris, perfazendo 0,8% do total nacional, e a produção atingia 20,6 milhões de barris, equivalente a 3,3% da produção nacional. Já em relação ao gás natural, as reservas na Amazônia atingiam 51,5 bilhões de metros cúbicos, cerca de 16,8% do total nacional, enquanto a produção atingia 3,57 bilhões de metros cúbicos, cerca de 20,2 % da produção brasileira.



FIGURA 6 – Reservas minerais
Fonte: Site educandose

A Amazônia tem um subsolo riquíssimo em termos de minerais, a saber: ouro, estanho, nióbio, ferro, manganês, calcário e urânio, dentre outros.

DIVERSIDADE BIOLÓGICA

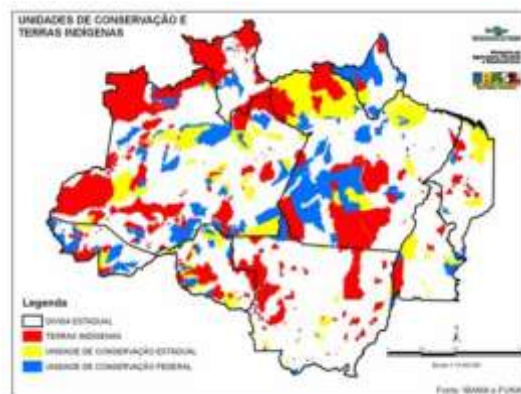


FIGURA 7 – Unidades de Conservação
Fonte: Site Embrapa

A superfície da Amazônia Legal corresponde cerca de 59 % da superfície nacional. Detém uma das últimas extensões contínuas de florestas tropicais úmidas do planeta, abriga cerca de 1/3 do estoque genético planetário. Na região existe cerca de 60.000 espécies de plantas, 2,5 milhões de espécies de artrópodes, 2.000 espécies de peixes e 300 de mamíferos.

3 PENSADORES GEOPOLÍTICOS BRASILEIROS

3.1 ORIGEM

A busca por informação e por maior certeza nas tomadas de decisão sempre fizeram parte dos estudos dos filósofos, historiadores, militares, estadistas e diplomatas, objetivando à formulação de soluções de caráter político para alcançar interesses específicos das nações ou dos Estados.

Os primeiros registros relacionados à geopolítica são oriundos da Grécia e de Roma na Idade Antiga, com destaque para Heródoto, Hipócrates, Tucídides, Platão, Aristóteles, Lucrécio, Estrabão e Possidônio.

Já na Idade Moderna, observa-se o estudo da geografia com forte foco no aspecto físico no determinismo da organização dos Estados, não esquecendo as características culturais e econômicas, destacaram-se nesse período Montesquieu e Maquiavel (BONFIM, 2005).

A sistematização dessa Ciência Política aparece na Idade Contemporânea, com personalidades como Napoleão, Friedrich Ratzel, Kant e Humbolt. Esses estudiosos fortaleceram essa ciência, provocando uma forte influência em pensadores como Mahan, Haushofer, Spykman e Mackinder, os quais estabeleceram teorias que foram à base para diversas ações políticas de inúmeros Estados (BONFIM, 2005).

O principal pensador que uniu a sistematização, a natureza política, geográfica e social do Estado, foi Friedrich Ratzel, o que lhe deu o título de precursor da geopolítica.

3.2 CONCEITOS

Após as origens da geopolítica será apresentado os principais conceitos de geopolítica, elaborados pelos principais pensadores.

Friedrich Ratzel, com forte influência no fator geográfico (“raum” área ocupada por um Estado) e posição (“lage” situação geográfica), origem do termo “lebensraum” (espaço vital), que moldaram Mackinder e Haushofer, estabeleceu

duas premissas: “o Estado é um organismo vivo” e “espaço é poder”. Essas premissas serviram de base para a elaboração dos primeiros princípios e leis da Geopolítica, mas não para conceituá-la (FREITAS, 2004).

Para Rudolf Kjellén, criador do vocábulo Geopolítica em 1899, verbalizou e publicou, em 1916, que: “Geopolítica é a ciência que estuda o Estado como organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo reich”.

Já o Instituto de Geopolítica de Munique (Alemanha), apresentou dois conceitos:

“Geopolítica é a consciência geográfica do Estado”.

“Geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos”.

O general Karl Haushofer definiu: “Geopolítica é a ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao solo”.

Haushofer, Obst, Lautensach e Otto Maull, conceituaram conjuntamente: “Geopolítica é a ciência da vinculação geográfica dos acontecimentos políticos”.

Para Heinz Kloss, “Geopolítica é tanto ciência como política. É uma ciência política nacional”.

Nicholas John Spykman, definiu: “A Geopolítica pode ser aplicada ao planejamento da segurança política de um país, em termos de seus fatores geográficos”.

De acordo Hans Weigert, outro estudioso do assunto, “Geopolítica é a geografia aplicada à política de poder nacional e à sua estratégia, na paz e na guerra”.

Reunindo diversos estudiosos e inúmeros conceitos entende-se que a geopolítica é uma ciência política que estuda as ações dos Estados na aplicação do poder nacional em todas as suas expressões. Seu foco principal é analisar a influência do espaço geográfico na política dos governantes, quando da aplicação do poder do Estado, com a finalidade de alcançar e manter os objetivos nacionais previstos; realçar a importância das características dos espaços geográficos na aplicação do poder e estudar a geopolítica dos demais Estados para uma melhor inserção no contexto das nações (FREITAS, 2004).

3.3 HISTÓRIA DA GEOPOLÍTICA NACIONAL

Os primeiros traços do pensamento geopolítico brasileiro vêm da época do Império, com José Bonifácio de Andrada e Silva, ao propor e defender a interiorização da capital e a criação de uma rede de estradas que ligariam a capital às demais cidades do país (BONFIM, 2005).

Na sequência cronológica, nos deparamos com o capitão Mario Travassos, que sempre lutou pelo status de potência regional do Brasil e para isso era preciso planejar e executar uma política de transporte terrestre, objetivando ligar os países vizinhos, criando um corredor entre o Atlântico e o Pacífico, pela transposição dos Andes. Vislumbrou, também, a relevância do sistema intermodais para um país continental e necessidade do transporte aéreo para os diversos rincões, priorizando a integração nacional e o fortalecimento da presença regional no sub continente (FREITAS, 2004).

Já Backheuser mencionava a necessidade urgente dos reforços das gigantescas fronteiras nacionais, que eram defendidas por efetivos insignificantes. Dentre suas teses, divulgava a ideia de territórios nacionais na fronteira, sempre com o propósito da integração e da defesa (BONFIM, 2005).

Próximo estudioso dos assuntos geopolíticos nacionais foi o brigadeiro Lysias Rodrigues, defensor da criação de um sistema viário nacional, com forte participação do transporte aéreo, principalmente para ligar a Amazônia e as regiões limítrofes (BONFIM, 2005).

Dando sequência, nos deparamos com o general Golbery, seus ideais como a rearticulação do território, a busca constante pela integração nacional e o desenvolvimento de todo o país foram materializados nos governos militares. Tinha um olhar diferente pela Amazônia, justamente pelas suas dimensões e seu interesse mundial (BONFIM, 2005).

A professora Therezinha de Castro advogou a importância do Brasil ocupar a Antártica, dentro de uma estratégia de presença ativa no Atlântico Sul, além de uma política colimada com os países do Cone Sul. Ombreou com os demais estudiosos as ideias de desenvolvimento e integração do território (BONFIM, 2005).

Por fim, o general Meira Mattos, geopolítico brasileiro que tem como princípios basilares, o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, a integração

nacional, a defesa do território com a presença e efetivos adestrados, principalmente na Região Amazônica (BONFIM, 2005).

Para fins de estudo e análise, o trabalho focou nas três últimas personalidades, devido à riqueza de trabalhos publicados e estudados, além da proximidade cronológica desses estudiosos, com a publicação da Estratégia Nacional de Defesa.

3.4 GENERAL GOLBERY COUTO E SILVA



Figura 8 – General Golbery Couto e Silva
Fonte: BIBLIX

3.4.1 BIOGRAFIA

Golbery do Couto e Silva nasceu em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, no dia 21 de agosto de 1911. Foi declarado Aspirante da Arma de Infantaria, em 22 de novembro de 1930. Em 1944, como Major foi o oficial de Inteligência do Estado-Maior da Força Expedicionária Brasileira. Em 1954, foi adjunto do departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. Em 1960, chefiou a seção de Operações do Estado Maior das Forças Armadas. Em 1961, foi nomeado chefe de gabinete da Secretaria – Geral do Conselho de Segurança Nacional. Em novembro do mesmo ano passou a chefiar o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Em abril de 1964, passa a chefiar o Serviço Nacional de Informações (SNI). Em 1967, publicou a obra Geopolítica do Brasil. Em 1974, General Golbery foi

nomeado ministro-chefe do Gabinete Civil do presidente. Em 1981, abandona as funções de Estado, vindo a falecer em 1987.

3.4.2 PENSAMENTO

O estudo do pensamento geopolítico do General Golbery esta fundamentado na análise de suas obras publicadas, produzindo uma comparação bibliográfica. Dessa forma, duas obras serão basilares para a definição do pensamento geopolítico, a saber: *Planejamento Estratégico*, publicada em 1955 e a obra *Geopolítica do Brasil*, publicada em 1967.

A obra *Planejamento Estratégico* é um conjunto de conceitos bases do seu pensamento eixados na Segurança Nacional e no Planejamento da atividade governamental, focando os objetivos vitais da Nação contra antagonismos externos e internos. Esse planejamento teria como estrutura vital a aceleração do crescimento econômico, não abrindo mão das demais expressões do poder.

Com forte visão Hobbesiana do sistema anárquico das Relações Internacionais, observava a conjuntura internacional em uma ótica realista, focando nas vulnerabilidades e potencialidades próprias e alheias, definindo dessa forma a ação do Estado (FREITAS, 2004).

Sintetizando a sua obra *Planejamento Estratégico*, fica evidente que suas ideias forças eram a planificação da Política de Segurança Nacional, arquitetada em uma visão ocidental cristã, democrática, realista e brasileira do sistema internacional.

Já na sua obra *Geopolítica do Brasil*, publicada em 1967, o General Golbery do Couto e Silva, faz questão de imprimir o foco do estudo geopolítico à realidade brasileira. Mas uma vez, enfoca a importância da defesa da civilização ocidental cristã, a preservação do sistema democrático, a visão realista e o acolhimento de uma visão geopolítica brasileira no sistema internacional. Fica marcada também a importância da Política abranger a Estratégia (FREITAS, 2004).

3.4.3 TESES



FIGURA 9 – Livro Geopolítica do Brasil
Fonte: BIBLIEX

A base das suas teses geopolíticas era alicerçada em uma tríade:

- 1- Doutrina
- 2- Perspectiva
- 3- Diretrizes Gerais para Ação

Dentro do campo doutrina, na opinião do general Golbery do Couto e Silva, a definição de geopolítica é:

“A fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição” (SILVA, Conjuntura Política Nacional, 1981.p.64).

Em resumo, a Geopolítica assessora a elaboração dos Objetivos Nacionais Permanentes, apresentando sugestões e projetos.

Do ponto de vista da perspectiva, acreditava que os pontos de vista necessitam flexibilidade de pensamento e análise, uma vez que a evolução conjuntural (avanços tecnológicos, mutações políticas) era contínua.

Já as Diretrizes Gerais são as grandes linhas de manobra para salvaguardar os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP).

Objetivos Nacionais Permanentes entende as “aspirações e interesses que perduram em determinada etapa, mais ou menos longa, da evolução do grupo nacional” (SILVA, Conjuntura Política Nacional, 1981).

Compilando os pressupostos teóricos básicos, o principal aspecto é a aplicabilidade da geopolítica como conselheira da política.

3.4.3.1 DIRETRIZES INTERNAS

O território nacional na visão de Golbery eram três áreas ecumênicas. A mais importante era a do Sudeste, estruturada por Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte e as duas secundárias, com a do Sul, formada por Paraná – Santa Catarina – Rio Grande do Sul, e a do Nordeste, apoiada por Recife - Fortaleza.

A precariedade e a escassez das comunicações entre os núcleos centrais do Brasil levou Golbery a analisar o Brasil como um grande arquipélago. Dessa forma, sua ideia principal era criar condições para a coesão dessas regiões, integrando e valorizando todo o território. Esse projeto foi nomeado de manobra geopolítica concêntrica (FREITAS, 2004).

Como primeiro passo, objetivou realizar o alargamento da fronteira civilizacional, do centro para noroeste do território, evitando a fronteira oca (espaço desocupados entre o centro e a fronteira). Junto a esse objetivo, achava de suma importância realizar a obstrução de possíveis vias de entrada da extensa fronteira interior (FREITAS, 2004).

O segundo objetivo era combinar o avanço do sul para o norte, esse processo eixado nos afluentes do rio Amazonas, e para a penetração do continente a utilização da foz (FREITAS, 2004).

Já o terceiro pilar era abarrotar de civilização a ilha amazônica, por meio de grande ação coordenada com postos avançados fronteiriços, com dois eixos principais de progressão, a saber; centro – oeste e leste – oeste (no eixo amazônico) (FREITAS, 2004).

Na atualização de seus conceitos, Golbery dividiu o território em Bloco Metropolitano (polos centrais), áreas submetropolitanas do interior (Mato Grosso, Goiás, Cuiabá, Manaus), as frentes pioneiras e as colônias de exploração agrícola, pastoril ou mineira.

Diante dos conceitos atualizados, projetou a *Heartland* nacional, composta por Rio de Janeiro – São Paulo – Minas Gerais – Goiás – Mato Grosso, com principal área ecúmena. E de forma diametralmente oposto à área anecúmena,

delimitada por um lado pelos rios Madeira e Guaporé e do outro pelos rios Tocantins e Araguaia.

Golbery após vasta análise histórica, econômica e política, projetou o território nacional em cinco áreas geopolíticas dotadas de dinâmicas específicas:

- Área geopolítica de reserva geral ou de manobra central (Estados: RJ/SP/ES/MG/GO/DF).

- Área geopolítica da ala norte (Estados do NE).

- Área geopolítica da ala sul (Estados: PR/SC/RS).

- Área geopolítica do oeste (Estados: MT/RO).

- Área geopolítica da Amazônia (Estados: AM/PA/AC/AP /RR).

Golbery entendia que a integração era um processo contínuo, iniciando pelo polo central passando pelos polos intermediários e chegando as regiões vazias, para isso deveria utilizar de novos instrumentos: Tecnologia (Industrial e agrária), aproveitamento de recursos energéticos potenciais (Hidrológicos e Minerais), transportes (fluviais e rodoferroviários) e métodos de investigação diversos. Junto a esse processo o fator humano era indispensável. Sua tese era que essa manobra produziria uma dinâmica sustentável e independente após certo período, acarretando um ciclo virtuoso. Para esse projeto funcionar era preciso planejar e executar políticas de desenvolvimento (FREITAS, 2004).

3.4.3.2 DIRETRIZES EXTERNAS

A visão geopolítica do General Golbery para o exterior buscava uma perspectiva regional e mundial, focando os interesses, pressões e equilíbrios de poder, além do papel do Brasil nessa dinâmica internacional.

Visualizava o Brasil em um grande dilema, com sua imensa faixa do litoral marítimo e uma ampla massa continental, gerando forças em sentido contrário. Entendia que o vetor chave seria a conjunção desses dois fatores.

Em função da conjuntura internacional na época, regida ainda pela Guerra Fria, visualiza uma pequena possibilidade de ameaça no Ocidente.

Da análise do território brasileiro, observa três vetores chaves:

- Um núcleo central extremamente sensível às ações vindas do mar;

- A importância do Nordeste, como um ponto central de domínio do Atlântico Sul e uma zona de vulnerabilidade máxima;

- E a faixa de fronteira mais a sul, que se estende do Mato Grosso até o Uruguai.

Desta forma, é possível observar que a manobra central geopolítica do General Golbery era vinculada a dois eixos principais; no campo interno, focada na ocupação do território nacional, integrando e valorizando o território e no campo externo a segurança e a defesa, tudo isso permitiria ao Brasil uma verdadeira afirmação na América do Sul, criando assim possibilidade de diálogo com um parceiro estratégico, no caso os Estados Unidos da América (FREITAS, 2004).

Diante desse cenário, propôs medidas para alcançar suas propostas de segurança e defesa, a saber:

- Reforço das regiões centrais e articulação norte-sul: focando nas possibilidades de ameaça: Nordeste, Prata e periferia da Amazônia;
- Integração do Centro-Oeste: protegendo a fronteira Oeste;
- Incorporação da Amazônia a todo território.

Já com olhos para o entorno, Golbery configurou a Geopolítica da América do Sul, em cinco áreas continentais;

- Zona de Reserva central ou Plataforma Continental de Manobra: formado pelo triângulo RJ-SP-BH;
- Área Geopolítica Continental da Amazônia Americana: formada pelo Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa, mais os estados do Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Roraima e norte de Goiás;
- Área Geopolítica Continental Platina – Patagônica: formada por Chile, Uruguai e a região Sul do Brasil;
- Área Geopolítica Central da Soldadura: formada pelo Paraguai, Bolívia e os estados do Mato Grosso e Rondônia. Observa essa região como primordial pela influência tanto na região amazônica como na região platina;
- Área Geopolítica do Nordeste Brasileiro: incluía todos os estados do NE.

Para o General, a ameaça do comunismo na região e a necessidade de desenvolvimento econômico e social pós-guerra fez surgir uma área pacífica e integrada na América do Sul;

Com olhar fixo na consecução dos Objetivos Nacionais Permanentes, Golbery entendia que o Brasil não podia se afastar de seu protagonismo regional, assim

sendo deveria contribuir para o desenvolvimento econômico-social do seu entorno estratégico, buscando uma parceira com os EUA e o estreitamento da cooperação regional (FREITAS, 2004).

Em síntese, Golbery elaborou as seguintes propostas:

- 1- Integração e valorização dos espaços;
- 2- Expansionismo para o interior e, também, de projeção pacífica no exterior;
- 3- Contenção da linha de fronteira;
- 4- Colaboração continental e de além-mar;
- 5- Segurança ou geoestratégia nacional; e
- 6- Defesa da civilização ocidental.

3.4.4 RESUMO

Há de se deixar registrado que o General Golbery foi o pioneiro geopolítico a transformar formulações teóricas em políticas governamentais. Em função da época vivida e com forte visão nacionalista, analisava o mundo no espectro bipolar, no desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas tecnologias. Sempre como trilha os Objetivos Nacionais permanentes, orientou as ações internas e externas. No campo interno, sempre defendeu o controle e a direção dos fluxos migratórios, criação de pólos nas regiões anecúmenas, o desenvolvimento de redes de transportes (aérea, rodoferroviária e fluvial) e de comunicações.

Para Golbery, seu planejamento baseava-se em um efeito cascata, a partir da valorização e ocupação do território, o processo de desenvolvimento ocorreria de forma natural. O desenvolvimento de gigantesca massa continental brasileira tornaria o Brasil uma potência geopolítica, principalmente, no campo regional.

No campo externo, o General advogou por uma aliança estratégica com os EUA, contribuindo para a defesa da civilização ocidental e para a inserção do Brasil como status de potência emergente nas relações internacionais. Sempre viu a importância da participação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização dos Estados Americanos (OEA), ampliando a capacidade de atuação na geopolítica internacional. Ainda nas relações exteriores, entendia que a parceria luso-brasileira era importante, como os países de língua latina, católica e

subdesenvolvida, fortalecendo a cooperação, paz e laços históricos (FREITAS, 2004).

3.5 GENERAL MEIRA MATTOS



Figura 10 – General Meira Mattos
Fonte: BIBLIX

3.5.1 BIOGRAFIA

Carlos de Meira Mattos nasceu no Estado de São Paulo, na cidade de São Carlos, em 23 de julho de 1913. Tornou-se cadete da Escola Militar do Realengo em 1936. No posto de capitão, participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Coursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e o Curso da Escola Superior de Guerra. Em 1968 foi promovido a General de Brigada e em 1973 a General de Divisão.

As principais funções exercidas foram: Subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República, interventor federal em Goiás, adido militar na Bolívia, comandante do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz, chefe de assuntos políticos da Escola Superior de Guerra, comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, inspetor geral das Polícias Militares e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

3.5.2 PRINCIPAIS OBRAS

O General Meira Mattos produziu diversas obras, destacam-se: Bandeiras Históricas do Brasil: Projeção Mundial do Brasil (1960), Pensamento Revolucionário Brasileiro (1964), Operações na Guerra Revolucionária (1966), A Geopolítica e as Projeções de Poder (1977), Brasil – Geopolítica e Destino (1975), Uma Geopolítica Pan Amazônica (1980), Geopolítica e os Trópicos (1984) e a Geopolítica e as Teoria das Fronteiras (1990).

3.5.3 PENSAMENTO

Para o General Meira Mattos: “Geopolítica é a arte de aplicar a política nos espaços geográficos”.

Considerado por muitos estudiosos, a autoridade máxima em Geopolítica na América do Sul, sempre buscou defender a ideia que as políticas de governo devem estar alinhadas com as relações geográficas.

Os estudos realizados por Meira Mattos tiveram forte foco na questão da integração amazônica e os desafios para o Brasil, como potência mundial em expansão. Dessa forma, com a visão realista das Relações Internacionais, buscou proposições passíveis de execução, demonstrando o pragmatismo da escola brasileira (FREITAS, 2004).

3.5.4 AMAZÔNIA



FIGURA 11 – Livro Uma Geopolítica Pan-Amazônica
Fonte: BIBLIEX

Para o general Meira Mattos a Amazônia é uma Macrorregião, onde diversos sistemas são integrados, o espaço geográfico, as condições climáticas, a botânica, a bacia hidrográfica e as características socioeconômicas, o que ele denominava Pan-Amazônia. Caracterizava a região com os seguintes aspectos; continha a vigésima parte da superfície da terra, quatro décimos da América do Sul, três quintos do Brasil, um quinto da disponibilidade de água doce e um terço das reservas mundiais de floresta latifoliadas.

Para o General, todas essas riquezas eram mal exploradas, uma ocupação humana muito baixa, muito em função da dificuldade desse ecossistema tal inóspito, dificultando o desenvolvimento regional.

Meira Mattos, em *Uma Geopolítica Pan – Amazônica*, cita cronologicamente todos os esforços políticos para desenvolver a região, deixa claro que a transferência da capital federal para Brasília foi o passo mais importante. Cita também o esforço do Regime Militar com a implantação de diversos projetos, criando redes de estradas, como o Plano de Integração Nacional (PIN), ampliação da energia, indústria e o Polo Amazônia (polos agropecuários e minerais). Todavia, apesar de tal esforço, para o General estamos diante de experiências inacabadas.

3.5.5 CONCEITOS

Sempre alinhado com os princípios da Escola Superior de Guerra e da Doutrina de Segurança Nacional acreditava que a estratégia para a transformação do país em potência seria calcada na Segurança e no Desenvolvimento.

Dentro de suas proposições sustentou a criação de polos de desenvolvimento, que seriam criados na zona de fronteira da Pan – Amazônia, servindo assim de elos integradores, produzindo crescimento econômico.

O General Meira Mattos analisa a Amazônia com um típico desafio proposto por Toynbee, no qual o homem brasileiro deveria vencer os imensos obstáculos da região, e em sua concepção o brasileiro tem todas as condições.

Meira Mattos acreditava na utilização de tecnologia moderna de comunicações e de transportes para integrar e desenvolver, dessa forma alargando a fronteira econômica dos Estados da Pan – Amazônia.

Os polos de desenvolvimentos propostos por Meira Mattos seriam:

- Na área norte: Boa Vista (Brasil) – Lethen (Guiana) – Santa Helena (Venezuela). Acreditava que esse triângulo seria um polo de desenvolvimento incentivado pelos três países, irradiando progresso;

- Na Zona fronteira do Rio Solimões: Tabatinga (Brasil) – Letícia (Colômbia) – Ramon Castilla (Peru). Entendia que era uma região com imenso potencial para os três países, devido aos eixos fluviais que ligam Manaus a Iquitos; e

- No extremo sul do arco fronteiro amazônico: Porto Velho e Rio Branco (Brasil) – Riberalta e Cobija (Bolívia). Importante região com ligações terrestre, como Cuiabá a Manaus, e via fluvial, como Manaus, Belém e Trindade (Bolívia).

Carlos Meira Mattos entendia que a posição estratégica da Amazônia brasileira, dominando a foz oceânica e controlando toda bacia da região, trazia junto à importância de ampliar as relações diplomáticas com os países vizinhos, produzindo uma cooperação multilateral na América do Sul. Acreditava que a forma mais prática de desenvolver a região amazônica era integrando os diversos países da Pan-Amazônia, gerando irradiações de desenvolvimento social e econômico (FREITAS, 2004).

Na visão de Meira Mattos, o Brasil tinha todas as condições ser um potência mundial (dimensão geográfica, população, posse de recursos naturais, capacidade tecnológica /científica e coesão interna).

3.5.6 RESUMO

As principais teses do General Meira Mattos são:

- A importância da criação de polos de desenvolvimento na região amazônica;
- A importância da posição geográfica do Brasil;
- A discrepância entre a condição de país subdesenvolvido e as potencialidades do Brasil;
- A primazia pelas políticas de transporte e de comunicações;
- A existência de um cerco de países de língua espanhola ao redor do Brasil, sendo fator de constante análise;
- A importância do Atlântico Sul; e
- O Brasil reúne todas as condições para tornar-se uma potência mundial.

3.6 PROFESSORA THEREZINHA DE CASTRO



Figura 12 – Professora Therezinha de Castro
Fonte: BIBLIEX

3.6.1 BIOGRAFIA

A professora Therezinha de Castro nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1930, filha do General Fábio de Castro e de Nadyr de Castro. Formou-se em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, adentrou no conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde trabalhou por 27 anos. Durante 28 anos, a professora Therezinha fez parte do corpo docente do Colégio Pedro II, onde escreveu diversas obras, a saber; *Brasil da Amazônia ao Prata* (1983) e *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins* (1986). Já em 1993, ingressou no Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, na Divisão de Assuntos Internacionais.

3.6.2 PRINCIPAIS OBRAS



FIGURA 13 – Livro Brasil da Amazônia ao Prata
Fonte: Colégio Pedro II

A professora Therezinha de Castro produziu diversas obras relevantes para a geopolítica nacional, podemos destacar as seguintes:

Rumo à Antártica (1976), África: Geo-história, Geopolítica e Relações Internacionais (1981), O Brasil no Mundo Atual: Posicionamento e Diretrizes (1982), Retrato do Brasil – Atlas Texto de Geopolítica (1982), José Bonifácio e a Unidade Nacional (1984), Hipólito da Costa: Ideias e Ideais, Nossa América: Geopolítica Comparada (1994) e Amazônia – Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração (1995).

A relevância da obra da professora foi motivo para a tradução de diversas obras para o idioma espanhol e, ainda, tornou-se colaboradora de diversos periódicos de Defesa.

3.6.3 PENSAMENTO

O pensamento geopolítico de Therezinha foi sustentado pelo nacionalismo, forma analítica e o pragmatismo sempre buscando um efeito prático para o assessoramento para poder político. O nacionalismo é o entendimento do Brasil como centro do mundo. O foco analítico era calçado em estudos históricos. (FREITAS, 2004).

Therezinha de Castro, quanto à Geopolítica, assim se expressa: Convertida na consciência geográfica do Estado, a Geopolítica pode prestar serviços às causas da guerra como também às da paz, desde que adequadamente formalizada. Poderá, assim, traçar metas para um bom governo fundamentando, suas diretrizes no setor da integração, no aproveitamento sistemático de seu espaço e posição (FREITAS, 2004).

3.6.4 VISÃO INTERNA

Therezinha de Castro dividia o território brasileiro em três regiões naturais:

- Ilha de subdesenvolvida, composta pelas regiões Norte e Centro-Oeste, formam 64% do território e são regiões a margem do desenvolvimento;
- Ilha em desenvolvimento, formada pelo Nordeste, compõe 18% da área territorial e foi à região que mais sofreu influência externa;
- Ilha desenvolvida, que era composta pelo Sul e Sudeste, regiões essas alimentadas por vias de transporte e que compõe o ecúmeno: Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte.

Dessa análise, verifica-se que Therezinha observa que o Brasil, tinha forte vocação para o Atlântico e que a menor parcela do território era responsável pelo dinamismo do país.

Dentro de um espectro internacional, observava o Brasil como uma Nação do 2º Nível, no patamar de México, Canadá, Venezuela. Isso porque entendia que a

Nação poderia concorrer com potências do 1º Nível em âmbito regional, buscando a afirmação dos seus Objetivos Nacionais.

3.6.5 AMAZÔNIA

Therezinha de Castro sempre externou a importância das campanhas portuguesas para a imensidão continental da Amazônia. Afirmava que foi fator primordial a Foz do Amazonas como via de penetração dessa região, exaltando personagens como Pedro Teixeira, Raposo Tavares e o Barão do Rio Branco.

Dentro de uma visão analítica, Therezinha observa a Amazônia como um subsistema dentro do sistema sul-americano, isso dá ao Brasil uma importância geopolítica imensa. Afirmava que o fato do país dominar a foz do principal curso d'água, reserva ao Brasil o domínio de todo complexo hídrico, dando à cidade de Belém, um ponto de vital importância para a região (FREITAS, 2004).

A professora observava o predomínio geopolítico de 18% do Brasil sobre as demais regiões, outro aspecto de preocupação é o fato da densidade populacional, à época, ser aproximadamente de 12 hab/km², o que era muito reduzida. Para superar esses óbices era preciso um grande esforço nacional, por meio de políticas de imigração planejada e de integração.

Therezinha demonstrava grande preocupação com interesse internacional na Amazônia, principalmente os recursos minerais, disfarçados de ações ecológicas e de proteção aos indígenas, o que configuraria um neocolonialismo. Diante de tal cenário, aclamava por ações urgentes para “integrar para não entregar”, a saber:

- Uma ocupação ordenada, adequada, inteligente e efetiva;
- Um plano econômico realista e sustentável para a região;
- Desmistificar a ideia de que se deve gerir a Amazônia, apenas com problemas ecológicos e indigenistas;
- Um planejamento técnico- científico para a região, suprido com financiamentos nacionais; e
- A construção de uma geoestratégia para Amazônia, com a visão de preservar e não conservar, sendo primordial o avanço da civilização do sul para o norte.

Em relação à região amazônica, entendia que o Brasil deveria focar os interesses nacionais nessa região, transformando essa parte do território

anecúmena em uma região desenvolvida, por meio de uma ampla estratégia nacional de ocupação, valorização e transformação, afastando os diversos interesses internacionais, possíveis enclaves indígenas e a internacionalização da Amazônia.

3.6.6 O BRASIL E A NOVA ORDEM MUNDIAL

A professora Therezinha, coerente com a mudança geopolítica vivida à sua época, já observa a mudança de um mundo bipolar, disputas leste-oeste, sustentado pelos poderes político-militar, para um antagonismo norte-sul, com forte aspecto econômico. Buscando uma visão nacionalista, pragmática, realista e analítica, enxergava que o Brasil deveria buscar sua posição de potência emergente, com ações rápidas, para não retornar à situação de colônia em um novo colonialismo tecnológico. Elencava que as políticas neoliberais buscavam o sucateamento da atividade industrial e, por consequência, diversos males, como, desemprego, perda do poder de compra, o crescimento de uma economia informal, citava, ainda, que havia a busca de uma destruição do Estado Nacional Soberano, o que implicaria diretamente na autonomia brasileira sob a Amazônia, alegando a situação de patrimônio da humanidade. Reforçava suas ideias, também, com o perigo do sucateamento das Forças Armadas, gerando uma soberania limitada, sofrendo forte influência de Organismos Internacionais e o cerceamento tecnológico provocado pelos países desenvolvidos, impedindo o avanço da ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento. Diante desse cenário, Therezinha pregava que o país deveria implantar uma política independente e soberana nas relações internacionais, amalgamada no patriotismo (FREITAS, 2004).

3.6.7 RESUMO

Therezinha elaborou questões e proposições fundamentais para o destino nacional:

- A adoção de políticas de ocupação e valorização do espaço amazônico;
- Uma estratégia coerente para o Atlântico Sul e para Antártica;

-Diretrizes políticas concretas e plausíveis, baseada nos conceitos de espaço, posição, presença e posicionamento; e

-Inserções do Brasil nos sistemas internacionais e regionais, sempre com uma visão de potência emergente, sabendo da sua dimensão entre as maiores potências mundiais.

A estudiosa geopolítica defendia a elaboração de diretrizes geopolíticas para a orientação das ações políticas, buscando uma metodologia para as ações concretas, isso iria permitir ajustes durante o desenvolvimento das políticas, como a afirmação da chegada e da manutenção dos Objetivos Nacionais do Brasil.

4 ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA



FIGURA 14 –Estratégia Nacional de Defesa
Fonte: Site do Ministério da Defesa

A Política Nacional de Defesa (PND) é o documento de maior nível de planejamento, destinado às ações para a Defesa do Brasil. Seu foco é para ameaças externas, estabelece Objetivos Nacionais de Defesa (OND) e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional. Um dos principais objetivos da Política Nacional de Defesa é fazer entender a toda sociedade, da importância da defesa do Brasil (END, 2012).

Os Objetivos Nacionais de Defesa são;

- 1- garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
- 2- defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;
- 3- contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;
- 4- contribuir para a estabilidade regional;
- 5- contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais.
- 6- intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;
- 7- manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional;
- 8- conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País;
- 9- desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis;
- 10- estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais; e

11- desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional (END, 2012).

Para pleno entendimento, o conceito de segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais. Já Defesa configura-se como o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (END, 2012).

A PND fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los. Já a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece como fazer o que foi proposto pela Política.

A END tem como propósito reorganizar as Forças Armadas, a Base Industrial de Defesa e da política de composição dos efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

A END aborda assuntos políticos e institucionais prioritários para a defesa do País, como os objetivos da sua “grande estratégia” e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa, além dos problemas propriamente militares, derivados da influência dessa “grande estratégia” na orientação e nas práticas operacionais das três Forças.

A Estratégia Nacional de Defesa emite diretrizes basilares, a saber;

1-“Dissuadir a concentração de forças hostis nas **fronteiras terrestres** e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional” (END, 2012).

Observa-se nessa diretriz a preocupação com as fronteiras terrestre, citada diversas vezes por Golbery, quando afirmava que o Brasil vivia um grande dilema, com sua imensa faixa do litoral marítimo e uma ampla massa continental, sendo necessária a conjunção desses dois fatores.

Verifica-se ainda, a sua primeira proposição nas suas diretrizes internas, quando cita a necessidade de alargamento da fronteira civilizacional para a fronteira oca, além de afirmar a necessidade de obstruir as possíveis vias de entrada da extensa fronteira interior.

2-“Organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e **presença**” (END, 2012).

A estratégia da presença é uma forma de manter a região amazônica ocupada, ponto abordado por Therezinha na sua proposição fundamental, ao insistir por diretrizes políticas concretas e plausíveis, baseada no conceito da presença.

3-“Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras” (END, 2012).

Nessa diretriz observa-se a necessidade da utilização de novos instrumentos, defendido pelo General Golbery, ferramentas tecnologias de domínio nacional.

4-“Desenvolver a capacidade de pronta resposta e de **mobilidade estratégica** para resposta a qualquer agressão”. (END, 2012)

Essas capacidades se fazem necessárias devido as grandes extensões territoriais.

A capacidade de mobilidade estratégica irá permitir o deslocamento rápido para os pontos mais distantes do país, fator esse abordado principalmente pelo General Golbery Couto e Silva, quando afirma a importância do desenvolvimento das redes de transportes, com o intuito de integrar a região amazônica às demais regiões.

5-“Encurtar o vínculo entre a tecnologia e os aspectos operacionais da mobilidade, sob a disciplina de objetivos bem definidos. Entre esses objetivos, há um que guarda relação especialmente próxima com a mobilidade: a capacidade de alternar a concentração e a desconcentração de forças, **com o propósito de dissuadir e combater a ameaça**” (END, 2012).

O objetivo da dissuasão está muito relacionado à cobiça internacional, principalmente em relação à Amazônia, muito relevante na visão da professora Therezinha de Castro.

6-“Fortalecer três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear. Esse fortalecimento assegurará o atendimento ao conceito de flexibilidade. Como decorrência de sua própria natureza, esses setores transcendem a divisão entre **desenvolvimento e defesa**, entre o civil e o militar. Os setores espacial e cibernético permitirão, em conjunto, que a capacidade de visualizar o próprio País não dependa de tecnologia estrangeira e que as três Forças, em conjunto, possam atuar em rede, instruídas por monitoramento que se faça também a partir do espaço. E

levar a cabo, entre outras iniciativas que exigem **independência tecnológica** em matéria de energia nuclear, o projeto do submarino de propulsão nuclear” (END, 2012).

A visão basilar dessa diretriz está muito alinhada com os pensamentos do General Meira Mattos quando propõe a utilização de tecnologia moderna de comunicações.

Verifica-se, mais uma vez, a necessidade de operacionalizar novos instrumentos, defendido pelo General Golbery, ferramentas tecnológicas de domínio nacional, possibilitando independência e soberania ao país.

7-“Unificar e desenvolver as operações conjuntas das três Forças, muito além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos”. (END, 2012).

8-“**Reposicionar os efetivos** das três Forças. As principais unidades do Exército estacionam no Sudeste e no Sul do Brasil. A esquadra da Marinha concentra-se na cidade do Rio de Janeiro. Algumas instalações tecnológicas da Força Aérea estão localizadas em São José dos Campos, em São Paulo. As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no **Norte, no Oeste** e no Atlântico Sul. Sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País, a Marinha **deverá estar mais presente na região da foz do Rio Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas** e do Paraguai-Paraná. Deverá o Exército agrupar suas reservas regionais nas respectivas áreas, para possibilitar a resposta imediata na crise ou na guerra” (END, 2012).

Essa diretriz é muito significativa, uma vez que condensa boa parte das orientações e diretrizes dos principais pensadores geopolíticos. O reposicionamento dos efetivos irá permitir a segurança da nossa Amazônia, aspecto abordado com clareza pelo General Golbery, ao abordar o reforço na periferia da Amazônia, permitindo a proposta da contenção da linha de fronteira. Já o controle da Foz do Amazonas é um aspecto muito enfatizado pela professora Therezinha de Castro, ao afirmar a importância do domínio da foz do principal curso d’água da Amazônia e pelo General Meira Mattos, ao entender de forma clara a posição estratégica da Amazônia brasileira, que domínio da foz oceânica nos dá o controle de toda a bacia.

9-“Adensar a presença de unidades da Marinha, do Exército e da Força Aérea **nas fronteiras**. Ao mesmo tempo, tais unidades potencializam-se como instrumentos de defesa, por meio de seus vínculos com as reservas táticas e estratégicas. Os vigias alertam. As reservas respondem e operam. E a eficácia do emprego das reservas táticas regionais e estratégicas é proporcional à capacidade de atenderem à exigência da mobilidade” (END, 2012).

Fica evidente na diretriz, a estratégia da presença aborda enfaticamente pela professora Therezinha, por meio de uma ampla estratégia nacional de ocupação da região amazônica.

10- **“Priorizar a região amazônica.** A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/ controle, mobilidade e **presença**. O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de **atos de desenvolvimento e de defesa**, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil. (END, 2012)

Verifica-se nessa diretriz a preocupação que Therezinha de Castro tinha com internacionalização da Amazônia, sua ressalva com políticas ambientalistas e indigenistas na região, além de propor uma política independente e soberana nas relações internacionais.

11-“Desenvolver a capacidade logística, para fortalecer a mobilidade, **sobretudo na região amazônica**. Daí a importância de se possuir **estruturas de transporte** e de comando e controle que possam operar em grande variedade de circunstâncias, inclusive sob as condições extraordinárias impostas pela guerra” (END, 2012).

Observa-se nessa proposição da END a primazia pelas políticas de transporte e de comunicação para a região da Amazônia defendidas nas principais teses do General Meira Mattos.

12- “Desenvolver o conceito de flexibilidade no combate, para atender aos requisitos de monitoramento/controle, mobilidade e presença. Isso exigirá, sobretudo na Força Terrestre, que as forças convencionais cultivem alguns predicados atribuídos a forças não convencionais. Somente Forças Armadas com tais predicados estarão aptas para operar no amplíssimo espectro de circunstâncias que o futuro poderá trazer. A conveniência de assegurar que as forças convencionais adquiram predicados comumente associados a forças não convencionais pode **parecer mais evidente no ambiente da selva amazônica**. Aplicam-se eles, porém, com igual pertinência, a outras áreas do País. Não é uma adaptação a especificidades geográficas localizadas. É resposta a uma vocação estratégica geral’ (END, 2012).

13- “Desenvolver o repertório de práticas e de capacitações operacionais dos combatentes, para atender aos requisitos de monitoramento/controle, mobilidade e presença” (END, 2012).

Ressalta-se mais uma vez os conceitos de espaço, posição, presença e posicionamento tão abordado pela professora Therezinha de Castro.

14- “Promover a reunião, nos militares brasileiros, dos atributos e predicados exigidos pelo conceito de flexibilidade. O militar brasileiro precisa reunir qualificação e rusticidade. Necessita dominar as tecnologias e as práticas operacionais exigidas pelo conceito de flexibilidade. Deve identificar-se com as peculiaridades e características geográficas exigentes ou extremas que existem no País. Só assim realizar-se-á, na prática, o conceito de flexibilidade, dentro das características do território nacional e da situação geográfica e geopolítica do Brasil” (END, 2012).

Infere-se dessa diretriz as teses basilares do General Meira Mattos, baseadas na teoria de Toynbee do desafio resposta, ao afirmar que o brasileiro tinha condições de superar as condições adversas que lhe eram impostas.

15 – “Rever, a partir de uma política de otimização do emprego de recursos humanos, **a composição dos efetivos** das três Forças, de modo a dimensioná-las para atender adequadamente ao disposto na Estratégia Nacional de Defesa” (END, 2012).

16- “Estruturar o potencial estratégico em torno de capacidades. Convém organizar as Forças Armadas em torno de capacidades, não em torno de inimigos específicos. O Brasil não tem inimigos no presente. Para não tê-los no futuro, é preciso preservar a paz e preparar-se para a guerra” (END, 2012).

17- “Preparar efetivos para o cumprimento de missões de garantia da lei e da ordem, nos termos da Constituição” (END, 2012).

18-“Estimular a **integração da América do Sul**. Essa integração não somente contribui para a defesa do Brasil, como possibilita fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afasta a sombra de conflitos dentro da região” (END, 2012).

Nessa diretriz da END é clara a orientação dada pelo General Meira Mattos, ao dar importância em ampliar as relações diplomáticas com os países vizinhos, produzindo uma cooperação multilateral na América do Sul, acreditando que a forma mais prática de desenvolver a região amazônica era por meio da integração dos diversos países da Pan-Amazônica, gerando irradiações de desenvolvimento social e econômico.

19- “Preparar as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais de apoio à política exterior do Brasil” (END, 2012).

20- “Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento” (END, 2012).

Observa-se nessas diretrizes o conceito advogado por Therezinha ao afirmar a necessidade de inserção do Brasil nos sistemas internacionais e regionais, sempre com uma visão de potência emergente. Verifica-se, ainda, a importância dada pelo General Golbery, quando defendia a participação brasileira na ONU e na OEA, ampliando a capacidade de atuação na geopolítica internacional.

21-“Desenvolver o potencial de mobilização militar e nacional para assegurar a capacidade dissuasória e operacional das Forças Armadas” (END, 2012).

Verifica-se nessa proposição da END, a preocupação com a capacidade dissuasória e operacional das Forças Armadas, questões estas muito abordadas pelo General Golbery ao tratar da Segurança Nacional, citando com oportunidade as possibilidades de ameaça na periferia da Amazônia. Observa-se, ainda, a relevância dada pela professora Therezinha aos interesses internacionais sobre a Amazônia, e o perigo do sucateamento das FA, gerando uma soberania limitada.

22-“Capacitar a Base Industrial de Defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa. Deverá, sempre que possível, ser buscado o desenvolvimento de materiais que tenham uso dual” (END, 2012).

A busca da tecnologia é quesito citado pelos três pensadores, com forte foco para um planejamento técnico – científico.

23- “Manter o Serviço Militar Obrigatório. O Serviço Militar Obrigatório é uma das condições para que se possa **mobilizar o povo brasileiro em defesa da soberania nacional**. É, também, instrumento para afirmar a unidade da Nação, independentemente de classes sociais, gerando oportunidades e incentivando o exercício da cidadania” (END, 2012).

24-“Participar da concepção e do **desenvolvimento da infraestrutura estratégica do País**, para incluir requisitos necessários à Defesa Nacional. A infraestrutura estratégica do Brasil deverá contemplar estudos para emprego dual, ou seja, atender à sociedade e à economia do País, bem como à Defesa Nacional (END, 2012).

Fica, mais uma vez, evidente na END, a importância estratégica do desenvolvimento da infraestrutura, aspecto abordado com grande clareza pelos três pensadores, o alinhamento desse planejamento com a expressão do poder econômico é a busca do círculo virtuoso proposto principalmente pelo General Golbery, ao propor a políticas de desenvolvimento, focada na ocupação do território, integrando e valorizando o território, em consequência geraria no campo externo a segurança e a defesa necessária ao Brasil.

25- “Inserir, nos cursos de altos estudos estratégicos de oficiais das três forças, os princípios e diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, inclusive aqueles que dizem respeito ao Estado-Maior Conjunto” (END, 2012).

5 CONCLUSÃO

A Geopolítica é a arte de unir em uma ciência, a política, a história e a geografia. Dito isso, fica clara a importância que deve ser dada pelos planejadores políticos para essa ferramenta tão completa.

A Amazônia Legal é uma vasta região inexplorada do Brasil, rica em biodiversidade, com enormes reservas minerais, com a maior bacia hidrográfica do mundo, o que vem gerando cobiça internacional e influência de organismos internacionais, utilizando-se de temáticas indigenistas e ecológicas, dificultando o desenvolvimento dessa preciosa porção do território. Assim sendo, há uma real e urgente necessidade de políticas nacionais permanentes, com legitimidade internacional.

Apesar da Escola brasileira não ter criado teorias geopolíticas, os pensadores geopolíticos brasileiros, de forma pragmática e clara, sempre buscaram orientar e traçar objetivos aos estadistas nacionais. General Golbery Couto e Silva, General Meira Mattos e a professora Therezinha de Castro produziram propostas exequíveis para a transformação do Brasil em potência regional, publicando teses e proposições assertivas para a política nacional, todavia com forte viés ideológico, provocado pela política internacional bipolar.

Analisando os textos e artigos produzidos, torna-se transparente que as diretrizes geopolíticas de nossos principais pensadores são atemporais e fundamentais, criaram ideias inovadoras e apolíticas para a nação brasileira, para alçar o país à potência que deseja e merece. Fica, também, constatado que os problemas de Estado, ainda, permanecem, como a ausência de integração da região Amazônica, o baixo nível demográfico dessa porção e o baixo índice de desenvolvimento humano regional, o que sinaliza ao país a urgência de políticas para essa fração territorial nacional e a excelente oportunidade de crescimento econômico para toda a nação.

A Estratégia Nacional de Defesa, documento de mais alto nível de Defesa junto com a Política Nacional de Defesa, foi um passo importante para as políticas de Defesa do país, uma vez que se chegou o mais próximo de uma *Grande Estratégia* para a nação e uma trilha, baseada em um documento oficial e atemporal, para que as Forças Armadas colimassem seus objetivos para uma mesma direção,

alinhando pensamentos e esforços das três Forças, durante período necessário para uma mudança significativa.

A END é um dos mais importantes instrumentos políticos já desenhados, uma vez que, de forma precursora, colimou planejamentos do nível político ao nível estratégico. Dessa forma, começou-se a pensar em estratégia militar de forma conjunta e duradoura. Outro aspecto relevante da END, apesar de ter sido planejada para a expressão do poder militar, torna-se indutora das demais expressões do poder, como econômica, gerando renda, emprego e influenciando de forma direta e indireta a economia do país, cita-se, também, a expressão psicossocial, como fator de integração nacional e ocupação do território.

Neste cenário, evidencia-se o trabalho da END em destacar a importância da Amazônia para o Brasil. Fica muito claro, a preocupação e o detalhamento de planejamento dada a essa sensível região do país, demonstrando de forma cabal, a importância que as Forças Armadas dão para essa nobre parcela do território nacional, em diversos casos único ente estatal presente.

Fica evidente que por influência direta ou indireta, a END foi carregada de conhecimentos geopolíticos brasileiros, uma vez que os nossos militares e civis que produzem políticas de Defesa foram contaminados pelos conhecimentos dos pensadores geopolíticos nacionais nos bancos escolares ou nas inúmeras obras publicadas.

Observa-se, ainda, que das vinte e cinco diretrizes da END, quase a totalidade está alinhada com as ideias basilares dos pensadores geopolíticos.

Nesse ínterim, podemos destacar que os aspectos ou proposições relacionados à Amazônia são inundados dessas propostas ou ideias dos principais teóricos, nota-se com riqueza de detalhes que as diretrizes estão ao encontro com as publicações.

Outro importante fator é a importância da manutenção dos pensamentos geopolíticos, observa-se a grande necessidade da fundamentação científica nacional como base teórica e uma direção constante de políticas de Estado, sempre buscando um farol contínuo e reto. Essa postura de longo prazo e estruturada irá permitir investimentos constantes e eficazes na destinação de recursos nas instituições de Estado, como o Exército Brasileiro.

Assim sendo, reitera-se que as políticas de responsabilidade da defesa vêm buscando um caminho planejado e baseado em ideais geopolíticos brasileiros.

Observa-se, porém, a necessidade da manutenção desses estudos geopolíticos, para acompanhar as mutações das relações internacionais, produzindo conhecimentos atuais e inovadores, buscando ampliar o horizonte das Estratégias Nacionais em todos os campos do poder.

REFERÊNCIA

- SILVA, Golbery do Couto. **O Planejamento Estratégico**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1955.
- SILVA, Golbery do Couto. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- MATTOS, Carlos Meira. **Brasil: geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1975.
- MATTOS, Carlos Meira. **A geopolítica e as projeções de poder**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1977.
- MATTOS, Carlos Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1980.
- CASTRO, Therezinha. **O Brasil no Mundo atual: Posicionamento e Diretrizes**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1982.
- MATTOS, Carlos Meira. **A Geopolítica e a Teorias de Fronteira**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1990.
- CASTRO, Therezinha. **A Amazônia - Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração**. Fundação Educacional Unificada Campograndense, 1995.
- CASTRO, Therezinha. **Geopolítica: princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1999.
- Estratégia Nacional de Defesa, Decreto nº 6.703, 2002.
- MATTOS, Carlos Meira. **Geopolítica e modernidade**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2002.
- Geopolítica e geoestratégia**. Rio de Janeiro: ECEME, 2003.
- FREITAS, Jorge Manuel da Costa. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2004.
- BONFIM, Urci Castro. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: ECEME, 2005.
- Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército). **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.